

**MANIFESTO
ELEITORAL**

CDS

22 DE MARÇO DE 1983

Intervenção do
PRESIDENTE DA COMISSÃO POLÍTICA
na Conferência de Imprensa
de apresentação do
MANIFESTO ELEITORAL
em 22 de Março de 1983.

O Manifesto Eleitoral do CDS é a resposta a cinco objectivos fundamentais:

1. Concretizar o programa e os princípios democrata-cristãos do CDS.
2. Enfrentar e resolver a crise política, com mais autoridade política.
3. Enfrentar e resolver a crise social com mais solidariedade social.
4. Enfrentar e resolver a crise económica, com mais liberdade económica.
5. Governar o País com uma Nova Aliança Democrática que seria a via do enfrentamento da crise nacional e da implementação das reformas propostas.

1. *O CDS é um partido de princípios e não apenas de programas. Uns e outros têm hoje especiais motivos para se afirmar perante a renovação de mensagem e de força da democracia-cristã na Europa e no mundo. Somos uma via humanista de justiça social e de iniciativa individual, para a resolução dos problemas concretos dos portugueses.*
2. *Em segundo lugar, queremos fazer face à crise política. Consideramos que ela é em primeiro lugar uma crise de autoridade, de estabilidade e de decisão. Para a ultrapassar é preciso considerar terminada a fase de instalação do Regime Democrático e considerar que esta não é apenas um quadro de luta, mas de exercício de autoridade democrática. Só assim se vencerão as formas de desagregação, descrença e descrédito interno ou externo.*
3. *Em terceiro lugar, é preciso enfrentar a crise social, com as suas rupturas, actos unilaterais e egoísmos. É preciso tornar o diálogo social em diálogo nacional. E não basta mais pedir a concertação social é preciso organizá-la, autonomizá-la, evitando que os partidos dividam mais a sociedade e pô-la a funcionar com carácter permanente. O Manifesto inclui uma proposta concreta nesse sentido e vê-se a solidariedade social, também, na perspectiva de defesa do emprego, nomeadamente o dos jovens e o dos deficientes e sempre num – sentido mais amplo que o da perspectiva restritamente socialista. E considera-se que só pode haver solidariedade útil com mais produtividade e competitividade.*
4. *É preciso em quarto lugar resolver a crise económica dando um maior lugar à iniciativa e à liberdade económica. O Estado ele próprio a deve promover procurando mais fomentar o aparecimento de empresas que o de direcções-gerais. A via da iniciativa é a via da modernidade e com ela a do salto que é preciso dar. Previamente para tornar possível a confiança será necessário dar prioridade ao combate à inflação e ao défice externo.*
5. *Por último, propomos a reconstrução da Aliança Democrática, como instrumento das reformas propostas. Não se trata necessariamente de um projecto de curto prazo e, muito menos, de um puro tema eleitoral. Essa nova AD não estaria agora contra o Estado ou o Regime mas, pelo contrário, apoiar-se-ia na Revisão Constitucional para operar as reformas concretas e práticas que mais importam ao homem comum. O espírito de Reforma*

liberalizadora e estabilizadora e nacional seriam os mesmos, mas operariam agora por dentro do próprio sistema constitucional e não contra ele.

A Reforma continua a ser necessária. O que o CDS propõe é uma Reforma Política, Social e Económica, na perspectiva de uma Nova Aliança Democrática. A AD continua a ser tão precisa como em 1979, embora agora de uma outra maneira. A crise não é a mesma de 75 nem é tão visível e perigosa. Mas é profunda e precisa de uma perspectiva global de resolução e reforma. É a perspectiva deste Manifesto.

Procuraremos assim contribuir para viabilizar o País e encontrar as melhores soluções práticas para todos os portugueses.

I

AUTORIDADE POLÍTICA

É PRECISO MUDAR A VIDA POLÍTICA

O CDS considera que com a revisão constitucional terminou a fase de instalação do Regime Democrático. À fase da acesa luta ideológica, jurídica e institucional, deve suceder agora uma fase de estabilização, normalização e decisão. De outro modo estaríamos a aceitar a eficácia do voto do Partido Comunista contra a revisão constitucional.

Não se pode mais viver num clima político em que o Governo é considerado a instituição mais provisória e vulnerável do País. Não se pode mais considerar que há dois Regimes Democráticos, cada um personificado num órgão do Estado diferente e ambos votados a abaterem-se reciprocamente. Não se podem mais concentrar todas as energias no conflito político, deixando para segundo plano a resolução de problemas tão prementes como os da Habitação, da Saúde, dos Transportes, do Primeiro Emprego, da Educação, da Agricultura, do Comércio e da Indústria, entre outros.

É devido à manutenção de um clima negativo de conflito ou indiferença que as leis tem aumentado mas a autoridade tem diminuído, que o estatismo cresceu mas o poder político se enfraqueceu, que a legislação se aperfeiçoou mas a efectividade e o respeito do Direito diminuíram. É preciso, pois, mudar a vida política reconciliando o Estado consigo mesmo e com a Sociedade, ultrapassando os separatismos de origem ideológica ou classicista e respeitando o decurso dos períodos normais de vigência dos mandatos políticos.

Mais além, será preciso mesmo valorizar a cultura portuguesa e o seu sentido comum de liberdade e de descoberta, em ligação com as próprias comunidades e emigrantes portugueses através do mundo. Assim se reforçará a consciência de valores colectivos e o fundamento para com espírito de conjunto enfrentar o futuro.

É preciso vertebrar todo o poder público, restabelecer a superioridade do Direito e garantir a respeitabilidade, a independência e a permanência do Estado português nas relações internas e internacionais. É assim que se poderá, também, defender o País da crise. O poder do Estado em Democracia, deve ser

descentralizado e especializado, mas não pode ser dividido ou fragmentado, ao ponto de transformar todos os poderes em contra-poderes, todos os direitos em formas de luta e toda a organização independente em resistência ou bloqueio.

2

ORGANIZAR O PODER DO ESTADO

Afinal, têm-se promovido todas as formas de poder menos o poder do Estado. É isso que tem levado ao aumento da complexidade, à paralisia e ao gasto perdulário que agora é preciso combater. As estruturas do Estado e da Administração devem ser desempenadas e simplificadas para terem mais autoridade e mais eficácia. A própria Regionalização deve servir para aliviar e descongestionar as estruturas de decisão e não para as sobrecarregar ou aumentar e, ao mesmo tempo, para assegurar a maior igualdade de desenvolvimento entre as várias regiões do país.

O Estado não tem que esconder-se nas suas estruturas. Não só não é o contrário da Democracia ou do Direito como é o seu suposto e como tal deve ser respeitado. É por isso, que não se pode ver aumentar o poder da rua e diminuir o do Estado sem pensar que a Democracia está em perigo. É por isso que é preciso organizar o poder do Estado, desde a solidariedade institucional até ao nível das estruturas de segurança nacional que não existem, assim como quanto aos imperativos de ordem, ou de ordem pública em particular, que são o primeiro conteúdo da ideia de Justiça. Nesse quadro proporemos, por exemplo, que muitas leis e nomeadamente o Código Penal sejam objecto de uma revisão definitiva no prazo de um ano, quando se tiver uma noção exacta dos efeitos da sua aplicação.

A necessidade de combater a crise mais acentua esta exigência de autoridade. Só essa autoridade pode gerar a unidade necessária para isolar a insegurança, a criminalidade, a evasão fiscal, a corrupção, o contrabando, a especulação, o absentismo, os favores públicos, as paralisiações ilícitas, as várias formas de economia paralela, os vários tipos de fraude económica, desde a fiscal à laboral e os egoísmos de vários tipos que começam a crescer em Portugal. O terreno destes sinais de crise aumenta com a descrença e com um poder que, algumas vezes, se afirma pela sua ausência, pelo seu adiamento e pelo aproveitamento das contradições crescentes da situação.

A crise é muito diferente da de 1975 e talvez menos visível, mas é igualmente crítica. Exige, de novo, capacidade de decisão, de autoridade e de acção das forças políticas democráticas. É essa a convicção e a disposição do CDS.

3

DEFINIR UMA CLARA ESTRATÉGIA NACIONAL

É também neste quadro e para lhe dar uma resposta efectiva que tem todo o sentido defender a renovação da Aliança Democrática.

Desde logo porque, para fundar a autoridade, é essencial ter uma estratégia de maioria e uma clara estratégia nacional. Depois porque não tem sentido, neste momento de crise, regressar de uma visão nacional, prática e maioritária, como a da AD, a uma visão estritamente partidária, ideológica e minoritária. Num certo sentido seria uma forma de demissão. De resto, não pode haver hoje um Portugal de cada partido e o primeiro acordo global de regime é o que se consubstancia na proposta de uma maioria clara. **Esperar pela decisão eleitoral para definir uma política de alianças é sacrificar o ser um projecto nacional ao estar no poder a qualquer preço. É sacrificar uma maioria a uma soma de clientelas. E sacrificar a resolução dos problemas de um eleitorado aos de uma classe política.** É evidente que a manutenção e a renovação da AD seriam, por si sós, um factor de estabilização e um dique ao regresso ou à tentativa de reconfirmação do poder socialista. A renovação da AD seria por si só um renascimento nacional e liberal, perante as forças de divisão ideológica e burocratização económica do socialismo.

De facto, a Aliança Democrática não só existe na consciência dos eleitores portugueses como é maior na sua força eleitoral do que a soma do eleitorado dos respectivos partidos. Além disso, não só teria hoje condições de renovação através das novas direcções políticas dos partidos que a compõem, como poderia recolher do Povo Português, nas próximas eleições, uma legitimidade remoçada e reforçada. **Nenhum outro projecto de maioria ou coligação pode hoje recolher um aval directo do eleitorado e ter uma mesma bandeira, um mesmo programa e um mesmo espírito. E qualquer indefinição sobre a política de alianças só pode contribuir para à maior indefinição nacional.**

Para o CDS continua a ser indispensável uma maioria de reforma e de liberdade, capaz de políticas de mudança estrutural. Ora o Bloco-Central ou coligação do PS com o PSD só será capaz de políticas conjunturais de administração do seu modelo. Sendo tal Bloco na essência um Bloco de dominância socialista, não se vê como

poderá travar e, sobretudo, como poderá inverter, o crescimento negativo da sua própria criatura que é o modelo económico em que vivemos. **A coligação dos partidos do Bloco-Central (PS e PSD) que são os principais expoentes do modelo económico existente e os co-autores da própria lei de delimitações dos sectores que está em vigor, seria a melhor maneira de procurar ratificar os aspectos negativos do modelo actual, mas não de os resolver. O Bloco-Central parece mesmo ser a reunião do alarmismo em relação ao próprio modelo económico e social de inspiração socialista entre nós existente.**

É por isso que, em nome do interesse nacional, e da necessidade de dar um passo para a frente, o CDS propõe uma Nova Aliança Democrática que espera que ainda venha a ser possível, a seguir às próximas eleições. A sua dinâmica teria, aliás, a maior importância na perspectiva de apresentação de uma candidatura comum às eleições presidenciais de 1985. Em qualquer caso, o CDS assumir-se-á como uma proposta voltada para a reconstrução da Aliança Democrática e esse será o sentido útil dos seus votos.

II

SOLIDARIEDADE SOCIAL

4

LEGITIMAR E RESPONSABILIZAR DIRECTAMENTE AS FORÇAS SOCIAIS PERANTE O PAÍS

A crise que vivemos é comum e a todos respeita. O seu combate e a ultrapassagem das rupturas, dos conflitos e egoísmos crescentes na sociedade portuguesa far-se-á também através de uma efectiva organização da solidariedade social, entre os vários estratos e também, até entre as várias regiões do país. A reconciliação do Estado e da Sociedade passa pela reconciliação, co-responsabilização e concertação entre si dos grupos sociais mais activos e responsáveis do país assim como pela sua maior participação no processo de decisão nas questões que lhe dizem respeito. Devem-se procurar diminuir os níveis de conflito entre os vários sectores sociais e entre os sectores económicos, tal como o propusemos em relação às instituições políticas. De resto, o Estado, a Sociedade e o Indivíduo, não devem representar três zonas de acção fechadas, abstractas e adversas entre si.

O CDS defende um diálogo sócio-económico mais intenso e mais despartidarizado, como expressão autónoma da vida prática da economia e da sociedade. O diálogo social deve ser também, cada vez mais, um diálogo nacional, que legitime e responsabilize directamente as forças sociais perante o país, através, em primeiro lugar das várias formas de comunicação social. Será uma forma de todos «entrarem» mais nas questões reais, evitando a asfixiante sobre dose das questões de política partidária que consome a opinião.

Tal diálogo social deverá avançar por sua vez a todos os níveis, desde um primeiro patamar entre o trabalhador individual e o empresário, depois ao nível das relações colectivas de empresas até ao nível nacional, entre as respectivas confederações e incluindo o próprio Estado. **Deve, além disso, fixar-se sobre objectivos mínimos e não sobre o tecto salarial, o qual, fixado unilateralmente, se tem demonstrado como um simples incitamento ao conflito.**

O CDS proporá, ainda, a organização do diálogo social, em termos permanentes e institucionais e de modo a permitir que sejam os próprios parceiros económicos e sociais a intervirem na formação de uma política nacional de rendimentos e preços.

Assim se evitará, nomeadamente, a separação e divisão entre as políticas económicas e sociais. **Neste sentido, o CDS, consciente da falhada experiência do Conselho Nacional de Rendimentos e Preços e ciente das dificuldades de reorganização e plena eficácia do Conselho Nacional do Plano, promoverá a criação de um organismo consultivo de âmbito nacional, composto de igual número de representantes do Governo, de sindicatos e de associações patronais, ao qual deverá submeter-se:**

- a fixação anual do objectivo em matéria de taxa de inflação, em ordem a reduzi-la, a médio-prazo, à taxa média dos países da Europa Ocidental;
- a fixação conseqüente do salário mínimo nacional, como condutor indicativo da evolução salarial na contratação colectiva em geral;
- a fixação das revisões dos salários diferidos (pensões e outros benefícios sociais);
- os programas de promoção de emprego, quer no plano da formação profissional, quer no de subsídios de desemprego, quer no de programas especiais e regionais que se justifiquem.

Também neste plano, em suma, o fundamental, é uma verdadeira constituição, estatuto e organização do poder social, com carácter nacional e público. **É tempo de passar das palavras e da anarquia, à organização e dos egoísmos disfarçados de socialismo, à efectiva corresponsabilização e concertação económica e social perante o País.**

Desde o 25 de Abril até agora prevaleceu entre as forças políticas, económicas e sociais uma teoria de luta pelo poder e de conquista unilateral de posições por todos os meios. Agora deveria prevalecer uma teoria do contrato que torne possível o exercício efectivo do poder e a tomada de decisão. E essa a condição da estabilidade dinâmica do nosso país.

É a altura de compreender que somos o mesmo país, enfrentamos a mesma crise e temos uma condição social e humana mais idêntica entre si do que a que, como

conjunto, nos separa dos restantes países. É essa consciência que nos devia forçar a um novo e firme contrato político, económico e social.

**TER PRESENTE A LINHA DA DOCTRINA
SOCIAL-CRISTÃ**

O CDS quer ser um partido do social e socialmente empenhado. Consideramos, aliás, que o papel de solidariedade social é mais vasto que o das organizações representativas de trabalhadores e empresários ou que o do quadro de solidariedade socialista. Diz respeito, desde logo; à defesa dos trabalhadores individuais. Defendemos a esse respeito, a consolidação e o esforço dos direitos individuais dos trabalhadores e do seu estatuto, assim como a sua dignificação pessoal e a possibilidade de acesso à constituição de patrimónios próprios. O trabalho deve ser uma via para a emancipação familiar e social de cada trabalhador.

A solidariedade social deverá compreender, ainda, todas as instituições sociais - naturais, tradicionais e culturais - como as Famílias, as Misericórdias, as Universidades e as Fundações que constituem um tecido importante da unidade e do espírito de comunidade do país, às quais se deve reconhecer um papel mais fundamental e alargado. O país não é apenas uma série de organizações formais e todo o país real com a sua teia de instituições deve assumir um papel mais activo e mais influente na vida pública.

O espírito de solidariedade social deverá ter presente, sobretudo, e na linha de doutrina social cristã que é a do CDS, todas as categorias sociais sem protecção, sem representação organizada ou sem capacidade de expressão como poder. São as crianças, os pensionistas, as pessoas idosas, os deficientes, os desempregados e os jovens, particularmente os que procuram o primeiro emprego, entre outras categorias deste tipo. O Estado é responsável por elas mais do que por quaisquer outras.

O emprego dos deficientes, por exemplo, deve ser uma preocupação fundamental. E, em vez de subsídios gerais que financiam tudo e todos indiscriminadamente e aumentam o consumo global, deve-se preferir o subsídio directo às famílias e titulares de rendimentos mais fracos que são quem realmente precisa de ser compensado e apoiado. Numa outra perspectiva também a emancipação de todo o mundo rural deve ser considerada no plano do mais fundamental.

Em relação a todos os trabalhadores deve ser assegurada a formação educativa e cultural, o estímulo que premeia o maior esforço, a maior competência e a maior produtividade, bem como a sua crescente participação na melhoria e progresso das respectivas empresas. Quer, também, o CDS, privilegiar o acesso de todos os trabalhadores a uma habitação digna, à iniciativa empresarial, nomeadamente no plano agrícola-familiar e a todos os modos de participação no resultado produtivo.

Está o CDS particularmente empenhado numa política de emprego que possa defender os trabalhadores perante a crise. Tal política de emprego deverá desenvolver a formação profissional acelerada e reformar o sistema educativo, de modo a promover o ensino profissionalizante. **Entre outras medidas para fomentar o primeiro emprego, a desenvolver no Programa de Governo, prevê-se a redução ou isenção de contribuições para o Fundo de Desemprego e para a Segurança Social a favor das empresas que criarem novos postos de trabalho para jovens à procura do primeiro emprego, em regiões mais desfavorecidas ou em sectores prioritários.**

Temos que ser todos mais responsáveis por todos e que o ser de modo mais organizado e eficaz. Esse é um objectivo que deve ser independente dos próprios mecanismos de alternância partidária.

6

PROCEDER À REVISÃO DAS LEIS LABORAIS DENTRO DOS LIMITES DA CONSTITUIÇÃO

A solidariedade social requer, porém, um maior clima de confiança, produtividade e competitividade. Só uma sociedade que progride e acredita em si mesma pode ser solidária.

É preciso, por um lado, combater o absentismo, assegurar o empenhamento activo dos trabalhadores na vida colectiva da empresa, permitir uma flexibilização da gestão dos recursos humanos da empresa. Por outro lado, **tem de se evitar que os direitos colectivos como o da greve sejam usados como poderes corporativos absolutos contra os interesses vitais do país, ou como uma forma vulgar de luta política. O trabalho não deve ser visto como um factor anónimo, despersonalizado e desnacionalizado.** Ele exerce-se através de um trabalhador, através de uma empresa e para chegar a um resultado concreto e cumprir objectivos que também pertencem à comunidade, ou nos quais esta também está interessada.

É neste quadro e dentro dos limites da Constituição, que o CDS apresentará medidas de regulamentação da lei da greve e de revisão das leis do trabalho. Visar-se-á equilibrar os valores do trabalho e da iniciativa, dando-lhes um carácter mais dinâmico, progressivo e justo, sensível a valores de mérito, dignidade e responsabilidade nacional.

III

LIBERDADE ECONÓMICA

7

RECONSTITUIR OS EQUILÍBRIOS ECONÓMICOS FUNDAMENTAIS

Portugal é o país da Europa ocidental em que é mais reduzida a função das regras de mercado na utilização dos recursos nacionais e em que são maiores as distorções provocadas por intervenções administrativas. Nas taxas de juros, nos preços, na exportação, na importação, em toda a actividade económica impera uma exagerada intervenção administrativa que distorce e prejudica a plena eficácia das regras de mercado. Nesta situação, **a estratégia económica fundamental do CDS é uma estratégia de reforma das estruturas em ordem a uma maior liberdade económica e a um mais adequado funcionamento do mercado.**

A situação existente no plano das contas externas e no dos preços imporá, porém, que aquela orientação básica reformista e liberalizadora seja graduada com as necessidades de estabilização da conjuntura, orientada para a contenção da dívida externa e a redução da inflação.

É preciso **combater a inflação** para evitar, nomeadamente, que esta:

- corra o poder de compra dos trabalhadores e dos titulares de rendimentos fixos e as reservas das empresas para investimento;
- desfavoreça o investimento produtivo e favoreça o especulativo;
- dificulte a criação de empregos;
- agrave os desequilíbrios e as injustiças sociais.

É preciso conter o **crescimento da dívida externa** para:

- sustentar um necessário equilíbrio entre os sacrifícios, esforços e benefícios da actual e das próximas gerações;
- garantir uma correcta afectação dos recursos nacionais.

Executar uma política concertada de salários e de preços que diminua a expectativa inflacionária e assegure a competitividade externa dos nossos produtos, eliminar o défice corrente do Orçamento do Estado, reduzir os impostos desincentivadores do

trabalho e da criação de riqueza, combater a evasão fiscal, eliminar os subsídios socialmente injustificados ou que distorcem a concorrência, controlar os custos de produção das empresas públicas em regime de monopólio, limitar o crescimento da massa monetária, estimular o aumento da produtividade, fomentar a transferência de recursos de consumo para o investimento são objectivos instrumentais da nossa estratégia de combate à inflação.

Conjuntamente, assegurar-se-á por todos os meios a competitividade externa dos nossos produtos e serviços, estimular-se-á a transferência de recursos da procura interna para a exportação, proteger-se-á a poupança dos emigrantes, atrair-se-ão investimentos estrangeiros, seleccionar-se-ão mais rigorosamente os investimentos públicos, financiar-se-á mais efectivamente a agricultura e executar-se-á o plano energético nacional numa óptica de minimização dos custos em ordem ao objectivo prioritário da contenção do défice externo.

Todo este esforço será prioritário e básico. Trata-se de nos aproximarmos da reconstituição dos equilíbrios económicos fundamentais, como base de partida e recuperação. A crise existente é, em grande parte, a crise do modelo socialista e não será, portanto, uma solução socialista que a poderá travar ou resolver. Pelo contrário, só um esforço estabilizador conjunto, animado por forças de iniciativa e solidariedade, a poderá enfrentar com sucesso.

ALARGAR O CAMPO DA INICIATIVA PRIVADA E DA RENOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Em simultâneo com este esforço estabilizador, deve-se fomentar o espírito da empresa e o seu carácter de esforço solidário. Só com liberdade económica e social, haverá iniciativa, inovação, qualidade, capacidade de competição internacional, melhor aproveitamento dos recursos próprios do país e, afinal, progresso. Só assim poderemos enfrentar vitoriosamente o desafio de integração europeia.

Defendemos, para tanto, uma economia social de mercado, em que a empresa aparece como modelo organizativo de uma nova sociedade. Uma economia de mercado, disciplinada e completada por um Estado de Solidariedade Social, num equilíbrio complementar entre Estado, Empresa e Mercado e entre eficiência económica e justiça social. Repudiamos quer o socialismo, mais ou menos estatizante, limitativo da liberdade atentatório do direito à propriedade, quer o liberalismo radical e outros modelos mecanicistas, incapazes de assegurarem a justiça e a equidade nas relações sociais.

Esta convicção está hoje reforçada. Torna-se cada vez mais evidente que os problemas económicos e as desigualdades sociais que ainda afectam a vida colectiva dos portugueses só terão solução nacional se for assegurada a liberdade e promovida a solidariedade em todos os planos da vida económica e social. Uma solução socialista ou socializante, seria apenas o cair mais fundo na crise, como, de resto, tantos países europeus já confirmaram. Estamos seguros, além disso, que a economia social de mercado e o modelo de desenvolvimento em liberdade e em solidariedade que defendemos, são os únicos que se adequam integralmente aos valores históricos e culturais da sociedade portuguesa tanto como às realidades actuais da nossa economia.

É preciso que haja em Portugal, ao mesmo tempo, mais poder político e mais poder de iniciativa, para que haja menos burocracia, menos paralisia económica e social e mais capacidade de resolver problemas práticos. É da conjugação da autoridade, da solidariedade e da liberdade que se pode obter também uma moralização da nossa

vida económica e o fim dos privilégios injustos de alguns. **É do alargamento do campo da iniciativa privada, da renovação tecnológica das nossas empresas, do apoio aos pequenos e médios empresários, do alargamento do espírito da empresa à Agricultura e da eliminação neste domínio de limites que não existem nos restantes, da substituição de certos serviços ou institutos públicos por empresas e da valorização e estímulo à actividade empresarial em sectores como os da Habitação e dos Transportes que se pode esperar um efectivo ressurgimento económico do País.** A própria intervenção do Estado deve ter este sentido para que possa efectivamente haver mais empresas e menos direcções-gerais. A criatividade cultural, científica e económica poderão, assim, ir de par e serem apoiadas pelo Estado, como componentes de um mesmo esforço de regeneração nacional.

RECUSAR AS ILUSÕES FÁCEIS E RENOVAR A ESPERANÇA

Um país moderno passa por uma atitude positiva mas firme, perante a crise. Por uma possibilidade de Reforma Política, Social e Económica, com metas concretas como a que nos propomos. Por uma disponibilidade perante perspectivas de futuro, mas uma recusa das ilusões fáceis. Para renovar a esperança é preciso recusar as ilusões. E se é preciso também não cair no alarmismo, não é menos necessário ter consciência das dificuldades. **É preciso assumir o presente com as suas dificuldades para tornar possível o futuro. Repondo a verdade e combatendo a demagogia. A lição da Europa é clara. Para evitar a guerra é preciso; hoje, evitar as propostas partidárias que, ontem, haviam conduzido à guerra, em outras crises anteriores. Para evitar a guerra, ou outras formas mais recentes de violência, é preciso adoptar as soluções democrata-cristãs e liberais que tinham permitido à Europa o renascimento do após-guerra, a paz e o progresso. É essa a nossa proposta.**

A escolha do CDS e da fidelidade ao espírito da AD, será pois uma escolha, positiva. Não será uma escolha resignada. Queremos representar o voto útil da esperança, da coragem e do futuro. Não o voto útil que já foi dez vezes inútil. O próximo 25 de Abril poderá ser um novo 25 de Abril, se for assumido como um esforço concreto para renovar e relançar a Democracia e a Liberdade para lá da crise.